



organizadoras

Regina S. Jorge
Inara M. S. Cunha
Ronielle B. O. Santos

Educação em Foco

**DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**



Pantanal Editora

2021

Regina Santos Jorge
Inara Maria da Silva Cunha
Ronielle Batista Oliveira Santos
Organizadoras

EDUCAÇÃO EM FOCO
DESAFIOS E POSSIBILIDADES



Pantanal Editora

2021

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2021 Os Autores
Copyright da Edição® 2021 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – UFESSPA
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza – UFF
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela – IFPR
- Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann – UFJF
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos – FAQ
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA

- Profa. Dra. Patrícia Maurer
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>Educação em foco [livro eletrônico] : desafios e possibilidades / Organizadores Regina Santos Jorge, Inara Maria da Silva Cunha, Ronielle Batista Oliveira Santos. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 53p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-88319-57-4 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319574</p> <p>1. Educação inclusiva. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação. I. Jorge, Regina Santos. II. Cunha, Inara Maria da Silva. III. Santos, Ronielle Batista Oliveira.</p> <p style="text-align: right;">CDD 371.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos dias atuais a educação vem sofrendo grandes mudanças significantes para seu bom desenvolvimento, nem sempre a mudança ocorre de maneira certa no problema, mas o intuito é que aos poucos todos possam ter acesso a uma educação de qualidade.


Buscamos inserir a inclusão nos ambientes educacionais, fazendo com que todas as crianças seja qual for sua necessidade tenha um bom atendimento, e seja assistida de maneira correta pelos profissionais de educação.

No nosso livro fala-se um pouco sobre essa questão da inclusão e como todo profissional de educação precisa estar preparado para atuar em sala de aula, seja com alunos especiais ou com alunos 'ditos normais', o importante é ter planejamento e acompanhar a necessidade do educando em sala de aula.

SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I.....	6
Um desafio a vencer na turma do Maternal I: Mordidas e Agressividade	6
Capítulo II	19
A utilização de recursos didáticos no ensino de Biologia.....	19
Capítulo III.....	29
O Autismo no Brasil: No Processo Histórico, Inclusivo e Terapêutico	29
Capítulo IV	41
A neuropsicopedagogia como estratégia de intervenção para crianças com transtorno do espectro autista	41
Índice Remissivo	51
Sobre as organizadoras.....	53

A neuropsicopedagogia como estratégia de intervenção para crianças com transtorno do espectro autista

 10.46420/9786588319574cap4

Jaqueline de Jesus Carvalho¹ 
Ronielle Batista Oliveira Santos^{2*} 

INTRODUÇÃO

É notório que as intervenções psicopedagogia frisarão todo o processo de escolarização e sobretudo as próprias adaptações curriculares da escola com os seus alunos, ou seja, a escola necessita estar apta a desenvolver atitudes e práticas que, somadas às adaptações curriculares, metodológicas e de recursos físicos e materiais, assegure a esses o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

O espaço escolar deve ser organizado, planejado e sistematizado para ofertar condições aos alunos, independentemente de suas peculiaridades e das suas deficiências, promovendo um ensino de qualidade para todos. A partir dessas discussões, evidencia-se a condição do aluno com autismo, que deve ser incluído na escola sem qualquer discriminação e gozar de todas as oportunidades que esse ambiente deve ofertar. Contudo, percebe-se um cenário caótico quando se fala em aprendizagem do aluno com educação especial.

Em termo científico o autismo é denominado pela sigla TEA, que significa Transtorno do Espectro Autista. Assim, para considerar que uma pessoa é autista ou não é necessária uma série de “aspectos do desenvolvimento infantil”.

Para se ter uma ideia, o indivíduo que tem este Transtorno do Espectro, pode manifestar várias formas de expressões, chamamos de “espectro”, ou seja, tais indivíduos podem mostrar tanto grau de elevado acometimento ou menor grau.

Posto isso, além do indivíduo poder apresentar várias facetas, é necessário enfatizar que, possua outras características (que será aprofundada no decorrer deste trabalho).

Uma delas, que podemos trazer a grau introdutório é a falta na interação social.

¹ Pedagoga (São Luiz de França). Especialista em AEE (FAMA). Especialista em Educação Inclusiva (FUTURA). Especialista em Didática no ensino Superior e Neopsicopedagogia (São Luiz de França). Terapêutica, orienta Adultos com Autismo.

² Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa-ESTÁCIO DE SÁ (2020), Especialista em Docência Ênfase Educação Inclusiva-IFMG (2021), Pesquisadora em Tecnologia da Educação e Estratégias de Ensino e aprendizagem, Pedagoga- FAJAR (2021), Licenciada em Letras Português-UFS (2019).

* Autora correspondente: ronielibatista@gmail.com

A falta deste comportamento se torna invariável, principalmente na própria comunicação. Assim, a falta desta interação social torna o indivíduo portador do Transtorno do Espectro Autista com a ínfima capacidade de comunicação verbal.

Com este pouco desenvolvimento em relação primordial ao contexto social, é um fator problemático para estes indivíduos, pois prejudica e muito a interação social de um com o outro.

Como ainda é uma área pouco difundida, vários doutrinadores tentam explicar como ocorre de fato este transtorno, o que se vê são várias terminologias diferentes.

Tanto da área educacional, saúde e até terapêutica tenta explicar, mas o que vimos é uma gama invariável de diversidade de explicações. Assim, este presente trabalho trata da própria política educacional brasileira e dos portadores com Transtorno do Espectro Autista.

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL QUANDO SE FALA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A educação inclusiva e especial tem sido foco de debate nas políticas educacionais em âmbito mundial.

Aqui no Brasil, por exemplo, a política de educação inclusiva é relativamente recente, se levarmos em conta que, na educação, o processo de adaptação a novos parâmetros é lento e acontece gradativamente.

A educação no Brasil passou por grandes transformações historicamente, desde quando era privilégio de poucos até a universalização do acesso ao ensino para todos os cidadãos brasileiros.

Na educação especial, não foi diferente, pois, inicialmente a educação especial configurou como alternativa ao ensino regular. Os alunos com necessidades especiais eram atendidos em classes ou instituições especializadas.

O estopim para a democratização do país é a Constituição Federal de 1988, abrangendo todos os setores, inclusive o âmbito da educação nacional, até então, não havia uma política pública efetiva de acesso universal ao ensino.

Na década de 90, influenciada por documentos internacionais como a Conferência Mundial de Educação para todos e a Declaração de Salamanca, e leis nacionais como a nossa Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi lançada a Política Nacional de educação em 1994.

Vejamos o que diz a PNEE:

Entenda-se por Política Nacional de Educação Especial a ciência e a arte de estabelecer objetivos gerais e específicos, decorrentes da interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas (problemas de conduta) e de altas habilidades (superdotadas), assim como de bem orientar todas as atividades que garantam a conquista e a manutenção de tais objetivos (MEC/SEESP, 1994).

A PNEE – Política Nacional de Educação Especial, não trouxe grandes mudanças para o contexto educacional brasileiro, apesar de buscar a democratização do ensino para todas as pessoas.

Ao selecionar as modalidades de atendimento educacional ao aluno com necessidades especiais, podem este ser atendido em classe comum, classe especial ou qualquer outra modalidade de ensino, abre uma ampla margem de questionamentos para a inserção desses educandos no ensino regular.

Em 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, lei nacional 9.394, que aborda, em seu capítulo V, as disposições gerais sobre a Educação Especial.

O artigo 58 da LDBN determina que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, lei 9.394/96).

Logo após a promulgação da LDBN, veio a então resolução CNE/CEB nº 02/2001. Essa resolução confirma a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos no sistema de ensino. Vejamos:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (art. 2º).

Segundo este documento, o atendimento educacional aos alunos com necessidades especiais deve acontecer em classes comuns de ensino regular. Ou seja, as escolas devem conhecer as demandas e precisam oferecer todos os recursos necessários ao atendimento desses educandos, sejam eles materiais, humanos ou metodológicos. Com isso, este documento é considerado um marco na atenção à diversidade.

Enfim, em 27 de dezembro de 2012, fora sancionada a lei de nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e, faz com que os autistas passem a ser considerados oficialmente pessoas com deficiência, tendo direito a todas as políticas de inclusão do país, entre elas, as de Educação.

A lei visa como mais um dos reforços que fazem parte da luta pela inclusão. Dessa forma, o texto estabelece que o autista tem direito de estudar em escolas regulares, sejam elas de educação básica ou profissionalizante, podendo ocorrer a solicitação de um acompanhante especializado se assim for necessário.

A mesma ainda define sanções aos gestores que negarem matrículas a estudantes com TEA, caso isso ocorra, a punição será de 03 a 20 salários-mínimos e, em caso de reincidência, levará a perda do cargo.

Segundo o art. 2º desta lei, são diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - (VETADO);

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990(Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Portanto, podemos perceber um grande esforço político que vem sendo demonstrado na forma de decretos, resoluções e leis ao processo de inclusão de alunos com necessidades especiais

OS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PEDAGOGO LIDAR COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A seguir tratarei sobre os instrumentos da avaliação psicopedagógica, tais como: Anamnese, Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA), Provas Operatórias de Piaget, Teste de Desempenho Escolar (TDE), atividades de leitura, escrita, aritmética e interpretação textual.

Esses instrumentos de avaliação psicopedagógica são muito importantes para avaliar o aluno com deficiência intelectual.

Anamnese Psicopedagógica

Essa técnica pode ser aplicada em diferentes momentos, dependendo da escolha dos instrumentos iniciais no diagnóstico. Tanto pode ocorrer após a Entrevista Inicial, como após um contato com o sujeito, por exemplo, a hora do jogo e/ou após procedimentos posteriores a aplicações da EOCA no sujeito.

Nesse contexto, com a finalidade de obter resultados mais positivos, a entrevista deverá ser feita em modelo semiaberto, mesmo que o psicopedagogo siga um roteiro. Por exemplo, esse modelo permitirá

a detecção das contradições e omissões dos fatos, além do conteúdo latente que as fraturas no discurso possam revelar.

É como assevera Olívia Porto:

[...] o relato por estes apresentando, mesmo com contradições e permeado de contaminação, constitui-se em um instrumento muito útil para o processo diagnóstico, pois auxilia a investigação do objeto focal (averiguação em profundidade da área que o pesquisador julgar prioritária) a confirmar e ou refutar a hipóteses sobre as possíveis causas dos transtornos de aprendizagem do sujeito (Porto, 2013).

Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA)

No caso de o terapeuta optar no primeiro contato com a problemática de ficar em contato direto com o sujeito, recomenda-se o uso da EOCA, pois se trata de um instrumento que possibilita a sondagem da problemática de aprendizagem e auxilia o profissional a delinear o seu objeto de pesquisa.

Conforme Visca (1987), o teste consiste em solicitar ao sujeito que mostre ao entrevistador, o que ele sabe fazer, o que lhe ensinaram a fazer e o que aprendeu a fazer, isso é chamado de consigna. Cada indivíduo tende a proceder de formas diferentes no momento em que houve a consigna.

Segundo Olívia Porto, pode-se citar os seguintes objetivos desta técnica:

- a) Detectar sintomas e formular hipóteses sobre as prováveis causas dos transtornos de aprendizagem, sem julgamento prévio ou contaminação do agente corretor;
- b) Levantar os possíveis obstáculos que emergem na relação do sujeito com o conhecimento;
- c) Obter dados a respeito do paciente nos aspectos afetivos e cognitivos, a fim de formular um sistema de hipóteses e delinear linhas de investigação;
- d) Tendo em vista nunca fechar um diagnóstico, pois podem aparecer ao longo do tratamento outras nuances que mascaram um diagnóstico já fechado (Porto, 2013).

Portanto, o que é relevante na EOCA é observar quais são os conhecimentos da pessoa que está sendo avaliada, quais são suas habilidades, seus anseios, seus níveis de operatividade. É, a partir dessa entrevista, que o psicopedagogo poderá extrair suas hipóteses, o que futuramente contribuirá para a intervenção.

Provas Operatórias de Piaget

Essas provas operatórias auxiliam na avaliação psicopedagógica no sentido de que é possível conhecer o funcionamento e o desenvolvimento das funções lógicas do sujeito em atendimento, ainda é possível verificar o nível cognitivo em que a criança se encontra e se há a hipótese de atraso cognitivo em relação a sua idade cronológica.

Segundo Visca (1987) “as provas operatórias têm o intuito de determinar o nível de pensamento do sujeito”.

Desse modo, é necessário que o psicopedagogo tenha em mente que, a aplicação de um pequeno número de provas de conservação, em uma mesma sessão, a elaboração cuidadosa das perguntas, evitando-se erros e conseqüente alteração no resultado das provas e a precaução para que não haja uma possível contaminação das respostas do sujeito, alternância das provas, consistem no bom procedimento para a aplicação do instrumento.

Teste de Desempenho Escolar (TDE)

O Teste de Desempenho Escolar, conhecido pela sigla TDE, foi proposto pela autora Lilian Milnitsky Stein, ele consiste em um instrumento psicométrico, que possibilita uma avaliação das capacidades fundamentais para o desempenho escolar, são elas: a escrita, a aritmética e a leitura. O teste avalia séries baixas (2º a 7º anos) do Ensino Fundamental, e podendo excepcionalmente ser utilizado as séries do 8º e 9º anos.

Conforme Stein (1994), o Teste de Desempenho Escolar é composto por três subtestes:

Escrita, aritmética e leitura. O **subteste de escrita** solicita que o avaliado escreva seu nome e outras palavras isoladas que são apresentadas a partir de um ditado. O **subteste de aritmética** solicita, primeiramente, a solução oral de problemas e, em seguida, a resolução de cálculos de operações matemáticas por escrito. E, a partir do **subteste de leitura**, a criança deverá ler as palavras isoladas solicitadas. Esse tem como objetivo avaliar o desempenho escolar, especificamente nas áreas da escrita, aritmética e leitura. O instrumento deve ser avaliado de forma individual (Stein, 1994) – **grifo nosso**.

Portanto, para que o teste seja aplicado, é necessário que o psicopedagogo esteja familiarizado com as instruções para uma aplicação eficaz.

Atividades de Leitura, Escrita, Aritmética e Interpretação Textual

Essas atividades identificam e reconhecem a coordenação motora, características da personalidade e interpretação textual da criança. São extremamente importantes para o diagnóstico psicopedagógico, pois, a criança se diverte por meio de brincadeiras, jogos, brinquedos, tarefas e ainda é possível investigar o nível de aprendizagem da criança em atendimento e detectar as principais dificuldades de aprendizagem.

Segundo Pedroza (2005):

Os jogos e brincadeiras permitem que a criança tenha conhecimento sobre si mesma e sobre o mundo, eles contribuem tanto para o desenvolvimento da criatividade e raciocínio, quanto para seu desenvolvimento cognitivo e emocional.

Diante do exposto, essas atividades atribuem uma enorme contribuição para a educação das crianças, pois possibilitam o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, motor e ainda contribui para a aprendizagem.

O ENSINAMENTO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A NEUROPSICOPEDAGOGIA

A descrição da tal síndrome já tem sido discutida já há alguns anos. Podemos até citar a título de exemplo um livro pelo qual citado em várias ocasiões introduzidas pelo termo “Autista”, a de Victor de Aveyron, chamado de “o rapaz selvagem de Aveyron de 1802”.

A este livro, ficou muito famoso, principalmente para os estudiosos desta síndrome.

Conta à história de uma criança selvagem chamada “Victor de Aveyron”, que fora encontrada na França, em meados do final da década de 80 e era considerada uma criança com um comportamento puramente animal.

Em tempos históricos, mais precisamente já no ano de 1911, o termo “Autismo” foi utilizado pela primeira vez pelo cientista E. Bleuler.

Segundo o próprio Bleuler, os indivíduos que possuíam autismo tinham como características a “perda de contato com a realidade”. Por isso, podemos já concluir até aqui que estes indivíduos até então já se demonstravam com uma capacidade ínfima de comunicar com outros indivíduos da mesma espécie.

A este termo “Autismo” empregado pelo próprio Bleuler se referiu a descrição no imaginário de alguns esquizofrênicos estudados por este.

Até então, na época que Bleuler retratava, se tinha uma enorme confusão entre as terminologias de “Autismo” e dos “Esquizofrênicos”.

Sendo assim, na época, Bleuler já tinha um pensamento, bem como um conceito mais apurado do que o outro cientista da época, o Kanner, o qual descreveu em um de seus artigos científicos no final da década de 90, nos EUA.

Um dos estudos de E. Bleuler foi trazido em um de seus artigos a apresentação de um estudo aprofundado de 11 crianças, com idade aproximada de 02 e 11 anos de idade.

Neste artigo, E. Bleuler já nota uma ausência na falta de imaginação e um decréscimo na capacidade de desenvolvimento e relacionamento social destas crianças, concluindo que, a partir daí o estopim para os primeiros diagnósticos para o autismo.

E foi a partir daí que se começa a busca terminológica do termo autismo.

Em meados de 1943, o outro cientista estudioso sobre a matéria, Kanner, o qual, lançou o termo “Distúrbios Autísticos do Contacto Afetivo”.

A matéria acima, lançada pelo próprio Kanner, descreveu que alguns indivíduos demonstravam algo superior aos próprios esquizofrênicos (matéria que era tratada profundamente na época), onde indivíduos demonstravam a caracterização de um “autismo extremo”.

Os indivíduos descritos pelo Kanner acima, tinham como características: compulsividade excessiva, transtornos comportamentais e emocionais excessivos, com início principalmente na infância ou a adolescência e um hábito ou mania de repetir palavras.

Em outro artigo elaborado em 1956, Kanner descreveu o seguinte:

[...] “psicose”, se refere a todos os exames clínicos e laboratoriais que foram incapazes de fornecer dados consistentes no que se relacionava à sua etiologia, diferenciando-o dos quadros deficitários sensoriais, como a afasia congênita, e dos quadros ligados às oligofrenias, novamente considerando-o uma verdadeira psicose (Kanner, 1956).

Com o passar dos anos, a correlação entre o próprio autismo e a própria deficiência mental passou agora ser algo mais considerado, inclusive pela própria OMS – Organização Mundial da Saúde.

Outrossim, com o presente trabalho tem um enfoque de mastigar o conceito do próprio autismo vejamos o que diz Burack em 1992:

[...] reforça a ideia do déficit cognitivo, frisando que o autismo tem sido, nos últimos anos, enfocado sob uma ótica desenvolvimentista, sendo relacionado a deficiência mental, uma vez que cerca de 70-86% dos autistas são deficientes mentais (Burack, 1992).

Já Olívia Porto, conceitua Autismo da seguinte forma:

Transtorno global do desenvolvimento caracterizado por: um desenvolvimento alterado ou anormal, manifestado antes da idade de três anos e apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo: fobias, perturbações do sono ou alimentação, crises de birras ou agressividade (auto agressividade) (Porto, 2013).

Desse modo, pela abrangência dos conceitos, somos capazes a nos remeter ao autismo a partir de sua constelação comportamental para que possa ser explorado minuciosamente e para que conexões causais possam ser estabelecidas dentro das possibilidades atuais.

Assim, mesmo após alguns anos de pesquisas sobre o autismo, descreveram-se muito sobre suas principais características, suas associações com diversas patologias, suas possíveis causas etiológicas e a organização de inúmeros itens que auxiliam no diagnóstico, até hoje, estritamente clínicos.

De acordo com Associação de Amigos Autista – AMA, uma associação mais voltada para as causas do autismo, em seu estudo, diz o seguinte:

Estima-se que 1 em cada 160 crianças tenha um TEA. Essa estimativa representa um valor médio, uma vez que a prevalência observada varia consideravelmente entre os diferentes estudos. No entanto, em alguns estudos bem controlados, números significativamente maiores foram registrados. A prevalência de TEA em muitos países de baixa e média renda ainda é desconhecida. De acordo com estudos epidemiológicos realizados nos últimos 50 anos, a prevalência global desses transtornos parece estar aumentando. Existem muitas explicações possíveis para este aparente aumento da prevalência, incluindo maior conscientização, expansão de critérios diagnósticos, melhores ferramentas de diagnóstico e melhor comunicação. (AMA – Associação de Amigos Autista, acesso em: 28/10/2020)

Desse modo, podemos concluir que a própria genética, fatores de risco no próprio ou durante o parto, são fatores exorbitantes e que podem contribuir para que o indivíduo possa ser autista. Igualmente, podemos então dizer que o “autismo” não é uma doença e sim algumas condições fisiológicas e não comportamentais que podem contribuir para que indivíduos nasçam com essas condições neurológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto neste presente trabalho, é necessário frisar que cada aluno tem a sua capacidade, bem como a sua própria limitação no tocante ao ensino pedagógico. É necessário ao profissional saber lidar com essas determinadas limitações, pois como exemplificado no decorrer deste trabalho, o pedagogo realizará algumas adaptações curriculares.

O próprio profissional da área pedagógica tem diversos instrumentos para lidar com mais expressão o transtorno do espectro autista. Assim, apesar das muitas dificuldades ainda encontradas em nosso sistema educacional, são indiscutíveis os esforços políticos que vem sendo demonstrados na forma de decretos e leis auxiliares ao processo de inclusão.

Contudo, apesar dos grandes avanços científicos, ainda o autismo é pouco explorado. Sendo necessário unir profissionais de diferentes áreas para explorar mais o Transtorno do Espectro Autista.

Enquanto não podemos curar essa “falta de déficit cognitivo” ao autismo, é pelo seu entendimento que poderemos planejar programas educacionais efetivos na função de vencer o desafio deste transtorno do desenvolvimento e está aí a própria Neuropsicopedagogia contribuindo sobre o processo de conhecimento do cérebro da criança.

A Neuropsicopedagogia ainda não é reconhecida no Brasil como gostaríamos que fosse, mas, nada nos impede de atuar com conhecimento e fundamentos nas necessidades relatados por indivíduos que buscam por esse auxílio.

Cabe ao profissional pedagogo construir o seu referencial profissional sempre em busca da sua teoria e da sua prática e sempre buscando espaço tanto na área da Saúde quanto a da Educação.

Com isso, é sem sombra de dúvida, elaborando, compartilhando e trocando experiência com outros profissionais da área da educação e saúde, que constituiremos um corpo teórico e prático da profissão, de sobremaneira, no campo das crianças com autismo e como flexibilizamos no tocante as adaptações curriculares por parte destes profissionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC/SEESP, 1994. BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- BRASIL. Lei 12.764/12. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Políticas Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>> Acesso em: 08 de novembro de 2020.
- Buracck JA (1992). Debate and argument: clarifying developmental issues in the study of autism. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 33(3): 617-621.
- Cunha E (2016) Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora. 118p.
- Eisenberg L et al. (1956). Childhood schizophrenia: Symposium, 1955: 6. Early infantile autism, 1943–55. *American Journal of Orthopsychiatry*, 26(3): 556–566.
- Kanner L (1956). Early infantile autism – 1943-1955. *American Journal of Orthopsychiatry*.
- Mantoan TEM (2015). Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus. 50p.
- Martins L de AR (2009). Inclusão escolar: algumas notas introdutórias. In: Martins L de AR. Inclusão: compartilhando saberes. Petrópolis/RJ: Vozes. 17-26p.
- Oliveira IA de (2009). Política de educação inclusiva nas escolas: trajetórias e conflitos. In: JESUS, Denise Meyreles de [et al]. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação. 14p.
- Pedroza RL (2005). Sucupira. Aprendizagem e subjetividade: uma construção a partir do brincar. *Revista do Departamento de Psicologia*, 17(2): 61-76.
- Porto O (2013). Psicopedagogia Clínica. Teoria, Diagnóstico e Intervenção nas dificuldades, distúrbios e transtornos de aprendizagem. 1º Ed. Rio de Janeiro: Espaço das Letras. 190p.
- Stein LM (1994). TDE -Teste de Desempenho Escolar: manual para aplicação e interpretação. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 32p.
- Visca J (1987). Clínica Psicoeducacional. Epistemologia Convergente. Porto Alegre: Artes Médicas. 160p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

aceitação, 29, 33, 36, 38
 agitação, 8
 agressividade, 9, 10, 11, 18, 48
 aplicação, 19, 20, 22, 46, 50
 aprendizagem, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28,
 32, 34, 35, 36, 41, 45, 46, 50, 52
 autista, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43,
 44, 49

B

biblioteca, 21, 23, 24
 biologia, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

C

científico, 12, 19, 41
 CMEI, 6, 7, 12
 comportamento, 6, 9, 10, 11, 15, 16, 33, 37, 42,
 47, 48
 comunicação, 20, 31, 33, 37, 42, 48
 conceito, 47, 48
 creche, 6, 7, 12, 13, 15, 16, 17
 crianças, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16,
 17, 18, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 46,
 47, 48, 49

D

deficiência, 29, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 43, 44, 48
 desempenho escolar, 44, 46, 50
 didáticos, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28
 dificuldades, 13, 22, 27, 34, 37, 38, 46, 49, 50
 discussões, 32, 34, 36, 41
 disputa, 7, 8, 17

E

educação especial, 34, 35, 41, 42, 43
 ensino médio, 19, 20, 21, 23, 27, 28, 52
 escola, 6, 7, 8, 9, 13, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24,
 29, 32, 33, 34, 35, 41, 50, 52
 espaço, 8, 15, 23, 25, 33, 34, 41, 49

exposição, 22, 27

F

família, 8, 15, 16, 18, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 38

I

inclusão, 4, 23, 29, 33, 34, 35, 43, 44, 49
 instrumento, 45, 46

M

maternal I, 6, 12, 17
 mordidas, 6, 7, 8, 13, 15, 16, 17

N

neuropsicopedagogia, 49

P

pedagógicos, 25, 28, 38
 pedagogo, 49
 políticas, 29, 31, 32, 34, 42, 43, 44
 professor, 6, 7, 13, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 26,
 34, 52
 projetos, 25, 29
 públicas, 28, 29, 31, 32, 44

Q

questionamentos, 6, 20, 43

S

socialização, 8, 14, 15

T

tecnologia da informação, 25
 tecnológicos, 19
 terapias, 30, 36, 37, 38
 trabalho, 6, 7, 9, 12, 16, 17, 19, 21, 29, 30, 31,
 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 44, 48, 49
 transtorno, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41,
 42, 44, 48, 49
 tratamento, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 45

SOBRE AS ORGANIZADORAS



ID REGINA SANTOS JORGE

Especialista em psicopedagogia e educação infantil, e organização pedagógica da escola. Graduada em Pedagogia (Habilitação em magistério da series iniciais do ensino fundamental e Gestão Escolar) pelo Centro Universitário UNIRG. Funcionária Pública Estadual concursada. Atualmente trabalha na III CIRETRAN de Gurupi-TO (Pedagoga) e no Centro de Ensino Médio de Gurupi (cargo professor da educação básica). E-mail: regina.s.jorge@gmail.com.



ID INARA MARIA DA SILVA CUNHA

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí(UESPI), professora e servidora pública efetiva atuando na área de Docência com alunos da educação infantil, ensino fundamental e médio com Atendimento Educacional Especializado(AEE) pela Prefeitura Municipal de Caxingó no Piauí desde (2013), Pós-Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Educação Especial com habilitação em Libras. E-mail: inara.phb@gmail.com.



ID RONIELLE BATISTA OLIVEIRA SANTOS

Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa-ESTÁCIO DE SÁ (2020), Especialista em Docência Ênfase Educação Inclusiva-IFMG (2021), Pesquisadora em Tecnologia da Educação e Estratégias de Ensino e aprendizagem, Pedagoga- FAJAR (2021), Licenciada em Letras Português-UFS (2019). Atualmente atua como servidora pública, em turmas da educação básica no município de Lagarto, estado de Sergipe. E-mail: ronniellebatista@gmail.com

Nos dias atuais a educação vem sofrendo grandes mudanças significantes para seu bom desenvolvimento, nem sempre a mudança ocorre de maneira certa no problema, mas o intuito é que aos poucos todos possam ter acesso a uma educação de qualidade.

ISBN 978-658831957-4



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

